



Anais da Assembléia

Nº 87

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA
ATA DA 86.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1.980
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Airton Cordeiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. Acir Pereira.

Outrossim, requer, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, à Rua Comendador Macedo, 321 — apartamento 21, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1.980

a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos, desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão ROGÉRIO BORBA CARNEIRO, ocorrido dia 15 p.p., na cidade de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares do extinto.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1.980

a) Augusto Carneiro.

Apoio: Fabiano Braga Côrtes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 32/80, que visa a criação do Município de Missal, com território desmembrado do Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1.980

aa) Tércio Albuquerque;

Gernote Kirinus e

Werner Wanderer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. MARIA PIELARICE, ocorrido em Londrina, dando-se ciência do presente à família enlutada no seguinte endereço: Rua Pará, 153 — Londrina.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1.980

a) Fiori Luiz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar subscritor do presente, na forma regimental, solicita à Mesa o encaminhamento, em caráter de urgência, de apelo, via telex, ao Sr. Ministro dos Transportes, visando a imediata reativação das obras contratadas pelo DNER no território do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1.980

a) Airton Cordeiro.

JUSTIFICATIVA: — Oral, feita em plenário e para integrar o presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada do Projeto de Lei n.º 95/77 e a sua remessa à Comissão de Constituição e Justiça da Casa a fim de sanar dúvidas existentes no referido processo.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1.980

a) Adalberto Daros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. EDSON MACHADO DE SOUZA, Digníssimo Secretário da Educação, solicitando as informações abaixo enunciadas, tendo em vista que o Sr. Professor Carlos Calssavara, em entrevista concedida ao jornal "O Paraná" e publicada em 13.08.80, confirma os rumores que circulam na cidade, de que o Colégio Wilson Joffre de

Cascavel vem funcionando mal e precariamente por ausência de professores:

- 1) É do conhecimento dessa Secretaria as irregularidades declaradas pelo Diretor do Colégio Wilson Joffre de Cascavel, conforme consta da fotocópia em anexo?
- 2) A ausência de professores nesse e em outros estabelecimentos de ensino estaduais é freqüente e normal?
- 3) As faltas são descontadas nas folhas de pagamento?
- 4) Até que ponto essas faltas prejudicam o ensino?
- 5) A 45.^a Inspeção de Ensino dá ciência dessas irregularidades à Secretaria da Educação?
- 6) Há casos de processos administrativos instaurados contra professores, por faltarem sem motivo justo e reiteradamente?
- 7) Quais os professores faltosos e as datas registradas no correto ano do referido estabelecimento?
- 8) Quais os períodos mais prejudicados com essas faltas?
- 9) Quais os motivos que levam habitualmente os professores a não ministrarem aulas?
- 10) O pagamento desses professores está sendo efetuado em dia?
- 11) Qual a remuneração mensal desses professores lotados no colégio referido?

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de abordar apenas um aspecto com referência ao Ministro Delfim Neto, na noite de ontem, através da rede de televisão.

O programa onde ele debateu a economia brasileira com alguns jornalistas, experts em economia, ele tentou pelo menos, confundir a opinião pública nacional, com respeito à política do álcool no Brasil.

(Lê):

"Incrivelmente o Ministro Delfim Neto tentou justificar o injustificável, na tentativa de confundir a opinião pública nacional. Só que o povo não se engana mais com simples palavreados. Quer provas reais, pois está sofrendo na pele os problemas gerados pela má política econômica do governo.

Falar que o preço do álcool não está atrelado ao preço da gasolina é iludir (ou tentar) toda uma população. Ninguém pode mais esconder tal fato.

Hoje o álcool está sem preço, com variações muito grande de lugar para lugar ou de empresa para empresa. Vai de 8 cruzeiros até 14 cruzeiros o litro. E quando é financiado pelo Pró-álcool, sobe um pouco mais, ficando entre 10 cruzeiros e 16 cruzeiros o litro. Resumindo, quando ele chega ao mercado, após deixar a destilaria, está custando uma média de 12 cruzeiros. Se o litro aparecesse na "bomba" na casa dos 16 ou 17 cruzeiros, seria justo e razoável. Poderia até mesmo ser a alternativa energética nacional. Mas, seu custo hoje é muito alto, pois atrelaram mesmo seu preço ao da gasolina, sem lógica alguma. E a gasolina dispara de preço sem cessar. Por isso o álcool começa a ser uma dúvida dentro do esquema de consumo interno. Se permanecesse num nível razoável, compatível com os custos reais, tudo bem. A cana estaria bem paga para o produtor. O litro de álcool estaria bem pago para a usina. O transporte cobraria o justo (marítimo ou ferroviário para baratear ainda mais). A distribuição teria sua parte fixada, como acontece com a gasolina.

EXPORTAÇÃO AUMENTANDO

O Governo estimula a produção de cana-de-açúcar, estimula a produção de álcool carburante, mas não estimula o consumo interno desse álcool. O Governo quer mesmo álcool, muito álcool. Não para os brasileiros. Quer para exportar. Esse álcool posto no mercado mundial vai melhorar nossa balança de pagamentos. Teremos então dólares para continuarmos comprando barril de petróleo. Trata-se de um plano onde o álcool acaba virando dólar. Só que não é um dólar economizado, mas apenas um dólar trocado.

O quadro é evidente: Até 1.978 os Estados Unidos não importavam sequer um litro de álcool do Brasil. Agora, estão importando 30 milhões de litros e várias companhias já fecham contratos para garantir pelo menos 5 anos dessa compra. Tudo devido a expansão da mistura do etanol com gasolina (nos Estados Unidos chamado de Gasohol).

Há um ano atrás existia nos EEUU pelo menos 800 postos de venda dessa mistura. Atualmente existem mais de 5 mil postos. Isso porque o Governo não cobra imposto (isento) sobre o Gasohol, enquanto que para a gasolina existe uma taxa de 4 centavos de dólar por galão. Aí está uma verdadeira ameaça ao programa nacional. Basta haver uma pequena vantagem na exportação do álcool em relação ao consumo interno para que toda nossa produção seja canalizada para o exterior. Sempre estarão presentes os problemas no armazenamento e distribuição do álcool carburante, que, para evitar prejuízos (alegação, é claro) o Governo resolverá vendê-los aos americanos."

Muito obrigado — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"Tivemos a oportunidade de assistir, ontem, pela televisão, uma entrevista do Ministro Delfim Neto, aliás mesmo assunto levantado pelo companheiro, nobre Deputado Mário Celso.

Um programa montado com todas as garantias democráticas para que o Ministro do Planejamento pudesse responder e dar a palavra final sobre os momentosos assuntos da economia brasileira. Mas não para o cidadão comum, os que não aceitam suas teorias, pudessem contestá-lo. Os entrevistadores não fizeram a defesa do ponto de vista popular.

O Ministro do Planejamento deitou e rolou em campo, com sua ciência e enorme malícia.

Para nós, leigos, foi uma lição de capacidade e vivacidade crítica. O Ministro provou cabalmente que não existem diferenças de sistemas econômicos. Tudo não passa de um artifício orçamentário e ideológico.

No quadro de comparações colocado pelo Ministro, novamente o mundo tem de curvar-se ao Brasil, através de uma nova teoria econômica, engendrada nos porões da ditadura brasileira, por um regime antiliberal, antidemocrático e fascista. Numa batida só o Sr. Antônio Delfim Neto achatou os economistas, os opositores e o povo brasileiro, os árabes e os ciclistas.

Os economistas que pretendem contraditar Sua Excelência, o "Mago das Finanças"; os opositores que querem acabar com um modelo econômico que "não existe", segundo sua magniloquência; o povo brasileiro que analisa os problemas pelo ângulo do estômago e do senso-comum; os árabes porque, a acreditar no autor do Milagre Brasileiro, são os responsáveis pela inflação, a corrupção e a ditadura; e os ciclistas... bem... talvez pela poluição do ar...

O Ministro Antônio Delfim Neto posou de defensor da correção semestral de salários — ele que resistiu sempre a que

os salários embarçassem o capital e o livre jogo das empresas.

As danadas das empresas brasileiras vão escondidinho pedir a liberação de preços, e uma das principais causas alegadas são os altos salários: os altos e os baixos. Depois, quando encontram o Ministro Delfim Neto muito firme, para impedir os aumentos de preços, elas saem por aí, dizendo que não podem pagar os salários por causa do governo.

Os economistas e falsos economistas, primeiro criticam o governo porque não quis fazer correções trimestrais, para que os salários possam acompanhar em parte a inflação; e depois que o governo estabelece as correções semestrais, porém deseja fazer alterações, eles não deixam e ficam criticando.

O que o Ministro demonstrou que deseja é que as empresas baixem seus custos, com realismo, pagando custos e salários menores, para se ajustarem à inflação. O Ministro acha que a economia de mercado deve ser a economia de inflação.

Porém, o Ministro não diz, é que a política de empregos do governo tem dois diapasões: que as empresas privadas se acostumem à economia da inflação; e que o governo e as empresas de economia mista, continuem com salários políticos na alta administração. O Ministro não falou na questão das mordomias, talvez porque ache que elas são apenas uma gota, a gota que falta. Contudo, somos capazes de apostar que, além do resultado direto, há uma redução de custos multiplicadores na questão do empreguismo e das mordomias.

Ninguém consegue dimensionar o que significam para o Brasil, os empregos políticos. Não são preenchidos por competência, obrigando a maior mobilização de técnicos e funcionários; são de custo muito alto e pouco operativos; são acompanhados de custos adicionais de mordomias, gratificações e serviços desnecessários. Qual o preço desse esquema político-burocrático? Num País em crise, em que o trabalhador comum ganha menos de 100 dólares por mês, há cargos de mordomias com 10 mil dólares. E eles começam, hoje, com 2 mil dólares, ou sejam 120 mil cruzeiros, fora as manipulações, os adicionais e o tráfico de influências.

Quando as empresas privadas têm que competir com esse quadro de mordomias e não com o salário técnico, dificilmente elas podem reduzir custos.

O Ministro novamente enganou os incautos. Deitou e rolou, mas não convence que conhece realmente os nossos problemas. Mesmo leigos, entre o palavreado do Ministro e o senso-comum, ficam com este.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná foi surpreendido, recentemente, com uma decisão que me parece pouco responsável, do Governo Federal, suspendendo as obras que executa, no momento, em nosso Estado, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e, se essa decisão não for revista rapidamente, nós teremos sobretudo em Curitiba, a instalação de um verdadeiro caos ao longo da BR-116, Rodovia que é objeto, neste momento, de obras necessárias não em embelezamento, não ao conforto dos curitibanos, mas necessárias para o escoamento da produção do Paraná. Além das obras no Contorno Sul e no Contorno Leste de Curitiba, tivemos a suspensão das obras da rodovia Curitiba/Araucária, e, ontem ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, indo à Lapa, a pouco mais de 60 Km de Curitiba, nós observamos 10 veículos encostados nas estradas, em função das verdadeiras crateras que estão abertas na Rodovia do Xisto, e as obras estão paralisadas. É o caso de lembrar também que, o DNER foi responsável por uma das melhores campanhas publicitárias e de melhor resposta neste País, a Campanha de Prevenção Contra Acidente! E como é que

ficarão os acidentados, agora, pela paralisação das obras do DNER? Além do Contorno Sul, do Contorno Leste de Curitiba, destacam-se, como obras suspensas, Campo Largo, São Luiz do Purunã, Contorno de Campo Mourão, Curitiba/Paranaguá, Barracão/Marmeleiro e, ainda, Rio Pardinho/Curitiba/Ceasa.

Talvez os menos avisados imaginem que o DNER investiu muito no Paraná nos últimos anos - os números não combinam com este pensamento; nos últimos anos, o DNER construiu no Paraná, 573 Km de estradas asfaltadas, e o Governo do Estado do Paraná, no mesmo período, construiu 4.355 Km; O DNER portanto, fez pouco mais de 10% do que o Paraná com recursos próprios e, graças a financiamentos internacionais conseguidos pelo Governo do Estado, realizou. E de toda a malha rodoviária pavimentada no Paraná, de 100%, o Governo do Estado é responsável por 65% e o DNER, tão somente por 35%.

E ontem na televisão, perguntava bem um dos interlocutores do Ministro do Planejamento, se o Brasil está planejando para uma semana, e a convicção a que se chega, é realmente esta, porque as obras que estão hoje paralisadas, foram iniciadas a menos de um ano, contrariando inclusive, uma afirmação do Presidente da República que disse para toda a Nação, que não iniciaria obras no seu Governo, sem que tivesse recursos financeiros para concluí-las.

E, estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentando um requerimento no qual solicitamos ao Ministério dos Transportes a reativação imediata dessas obras, porque se o DNER imagina ter sido no passado pródigo com o Paraná, está muito enganado. Porque o Paraná construiu praticamente, toda a sua malha rodoviária e, o que o DNER faz hoje, pelo nosso Estado, não é concessão alguma, não é favor algum, ele apenas facilita o escoamento da produção de um Estado responsável, por mais de 35% da produção agrícola do Brasil.

E, ao concluir, Sr. Presidente, quero, neste momento, reconhecer perante os Srs. Deputados desta Casa, que ao assumir o Governo do Estado, o Governador Ney Braga determinou um reestudo de todo planejamento rodoviário do Paraná, para que ao momento em que o seu Governo deflagrasse o início dessas obras, pudesse levar até o fim, cada uma das obras contratadas. E, é aí que fica a grande dúvida, se o Governo Federal realmente não está, programando, planejando para uma semana.

E, outra contradição, Sr. Presidente. Na televisão, o Ministro do Planejamento não sabia se defendia o mercado de empregos ou se defendia o controle inflacionário, pelo combate aos salários maiores, se pensa nos empregos que o Governo Federal pensa, os 5 mil trabalhadores que ficam desempregados, pela paralisação das obras rodoviárias do DNER em nosso Estado.

Encaminho, Sr. Presidente, a Vossa Excelência este requerimento, ao mesmo tempo em que solicito, faça constar como justificativa deste requerimento, este pronunciamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As Assembléias Legislativas do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, encerraram 6.ª feira p.p., o encontro da seccional sul, da união entre parlamentar interestadual, firmando uma posição e mais do que isso, propondo um plano de ação, sobre temas dos mais palpitantes no momento, que foram o Meio Ambiente, prerrogativa do Poder Legis-

lativo e Reforma Tributária.

Sobre o Meio Ambiente, foi tomado um posicionamento bastante claro, de que antes do ingresso na tecnologia nuclear, o Brasil deve aproveitar sua energia natural muito embora, não desative programas futuros, visando o aproveitamento do urânio, evitando assim uma surpresa quando do esgotamento de outras fontes de energia.

Sobre as prerrogativas, os legislativos insistem na volta das suas prerrogativas que tinham no passado mas, que lhe foram tiradas, não importando agora os acertos e as causas daquela decisão.

De tudo ficou demonstrado, que o Parlamento, dentro das deficiências que têm, ante a estrutura do Executivo, busca emergir para o seu lugar devido, valorizar e prestigiar o Legislativo, é uma meta que cabe inicialmente aos seus próprios integrantes mas, que ao mesmo tempo, deve envolver o Poder Executivo, auto-creditar-se ante a imagem popular, parece ser o caminho a ser seguido pelas Assembléias, para buscar novamente seus poderes perdidos.

Um dos temas mais importantes e que se destacou, foi a questão da Reforma Tributária, a qual dentro do atual contexto, ocupa lugar na pauta da reivindicação de todos os Estados Brasileiros.

Tivemos a honra e a satisfação de sermos escolhidos para Relator daquela Comissão, cujo Parecer final passo a dar conhecimento a esta Casa, para que fique registrado nos seus Anais. Aqui, há que se esclarecer que, a Comissão de Reforma Tributária baseou-se em três documentos, em três relatórios apresentados pelo Estado do Rio Grande do Sul, pelo Estado de Santa Catarina e pelo Estado do Paraná. E aqui se tem que fazer justiça aos subsídios apresentados pelo Estado do Paraná, que foram levados pelo Presidente desta Casa, cujo trabalho foi elaborado pela equipe técnica da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a equipe da Secretaria das Finanças.

Os três documentos foram fundidos em um só, além das sugestões apresentadas naquela Comissão, pelos Srs. Deputados que compunham a mesma. Eu lerei para ficar nos Anais desta Casa a Proposição final, mas solicito a esta Presidência que seja transcrito, por inteiro este parecer.

(Lê):

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Presidente: Deputado ALCEU MARTINS – RS

Relator: Deputado DARCY DEITOS – PR

Membros: Deputado MANIQUE BARRETO – SC

Deputado GILSON DOS SANTOS – SC

Deputado CESAR MORITZ – SC

Deputado JULIO VIANNA – RS

Deputado VICTORIO TREZ – RS

Assessoria: ANTONIO GEDRAN – Coordenador

NICOLAU RODRIGUES DA SILVEIRA – Assessor Jurídico

NILTON GOULART BRITO – Assessor Especial

JENY DE SOUZA DO REGO – Secretária

UNIÃO PARLAMENTAR INTERESTADUAL

REUNIÃO DO CONSELHO SECCIONAL DA REGIÃO SUL

PORTO ALEGRE – AGOSTO DE 1.980

COMISSÃO III – REFORMA TRIBUTÁRIA

PARECER

Em exame nesta Comissão os trabalhos apresentados pelas representações do Estado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, referentes à análise e avaliação do Sistema Tributário, bem como da política adotada na sua aplicação.

Os trabalhos apontam anomalias coincidentes quanto à inadequação da atual política tributária e indicam, ao mesmo tempo o desvirtuamento do próprio Sistema Tributário implan-

tado em 1967.

Como muito bem situou o trabalho dos eminentes Deputados Catarinenses, em relação a cada esfera de poder, é necessária uma “definição clara das competências e ou atribuições”, seguindo-se, por via de consequência, a “definição de recursos tributários”, cuja “alocação efetiva”, dar-se-á “consoante as tarefas a desempenhar”.

No enfoque dado pela Delegação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná “A definição constitucional da partilha de rendas, aprovada através da Emenda 18 (1.965) e demarcada na Constituição de 1.967/69, denota incontestavelmente significativa concentração de poder impositivo na União, ao mesmo tempo em que evidencia o correspondente enfraquecimento desse poder nas demais esferas do governo”.

Tais assertivas são corroboradas pelas afirmações da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, através da Comissão Especial sobre Política Tributária, de que, “No Brasil, o que se observa, de longa data, é o crescimento de uma consciência nacional em torno da inviabilidade da política tributária vigente como instrumento válido para a realização dos propósitos da república federativa brasileira, especialmente se levarmos em conta que sua concepção se assenta no princípio da autonomia estadual e municipal, como pressupostos para a construção de um sistema social voltado para o homem, em face das peculiaridades que marcam a geografia, as etnias e as características econômicas do País”.

Em síntese, os trabalhos apontam anomalias de certa forma coincidentes quando à inadequação da atual política tributária. Indicam o desvirtuamento do próprio Sistema Tributário implantado em 1.967, ao mesmo tempo em que recomendam medidas destinadas a corrigir as distorções apresentadas, como segue:

I – DIAGNÓSTICO

1 – A excessiva centralização da competência tributária na órbita da União gerou o desequilíbrio orçamentário e a conseqüente redução da autonomia dos Estados e Municípios;

2 – A utilização do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, de competência dos Estados, como instrumento de política econômica do Governo Federal;

3 – A interferência do Governo Federal no regime de incidência dos Impostos de Competência Municipal;

4 – A institucionalização do sistema de transferências financeiras vinculadas, com a conseqüente redução da capacidade de planejamento a nível estadual e municipal;

5 – A inadequação do critério adotado para o cálculo do retorno do ICM aos municípios;

6 – A ineficácia do Imposto Territorial Rural como instrumento de reestruturação fundiária, bem como a injustificada retenção de 20% deste tributo pelo INCRA;

7 – A demora no repasse das quotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, da Taxa Rodoviária Única, do Fundo Rodoviário Nacional e do Imposto Único sobre Minerais, bem como a excessiva burocracia na prestação de contas das aplicações pelos Estados e Municípios.

II – PROPOSIÇÕES

As representações parlamentares integrantes desta Comissão, através dos trabalhos sob análise, apresentaram providências a serem implementadas com o objetivo de solucionar os problemas diagnosticados.

A Delegação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina apontou, reforçando-as, as conclusões do VIII Congresso da União Parlamentar Interestadual.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por seus representantes, recomendou duas séries de proposições, denominadas de “Medidas de Menor Representatividade” e “Medidas de Maior Representatividade”.

O Parlamento Gaúcho, por sua vez, através da Comissão Especial sobre Política Tributária, recomendou um conjunto de medidas de política tributária, entendendo que "deve haver uma reavaliação do Sistema, para adaptá-lo a uma realidade atual, cujo escopo é a recuperação da autonomia administrativa dos estados e municípios".

Esta Comissão, colhendo a média das proposições dos três trabalhos, recomenda:

1 — Eliminação gradual, seletiva e contínua das isenções parciais ou totais do ICM (sob as mais variadas roupagens jurídicas), fazendo com que o ICM retorne à condição de tributo neutro, não devendo, portanto, ser utilizado como instrumento de política econômica;

2 — Estabelecer, a curto prazo, a tributação do cigarro pelo seu valor de comercialização, isto é, fazendo com que o ICM incida, como nas demais mercadorias, sobre o valor total da operação, inclusive IPI;

3 — Estabelecer a tributação dos combustíveis automotivos, especialmente a gasolina, de molde a que retorne a incidência do ICM sobre esse produto na forma que estava prevista na Constituição de 1.967;

4 — Restabelecer a uniformidade de alíquotas do ICM nas operações interestaduais, de forma a resguardar os princípios constitucionais inseridos nos artigos 9.º, inciso I; 19, inciso II; 20, inciso I e III; 23, inciso II e parágrafo 5.º da Constituição Federal;

5 — Incluir novos indicadores para o estabelecimento do coeficiente de rateio do ICM destinado aos Municípios, de forma a incluir, além do fator econômico atualmente considerado, outros elementos, tais como o demográfico, a arrecadação de competência municipal, acrescido do imposto territorial rural (como fator geográfico indireto);

6 — Ampliar o círculo de incidência do ISQN, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza — com a inclusão na LISTA do Decreto-Lei n.º 406, com a redação do Decreto-Lei n.º 834, dos diversos serviços hoje não tributados;

7 — Agilizar o pagamento das cotas-partes do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, da Taxa Rodoviária Única, do Imposto Único sobre Minerais e do Fundo Rodoviário Nacional, bem como, a médio prazo, implantar um sistema de crédito bancário automático a favor de cada esfera administrativa — União, Estado e Município — no ato da arrecadação daqueles tributos;

Como se verifica, as medidas acima propostas são, praticamente, de revisão da política tributária, podendo, por isso, ser acionadas de modo imediato. Contudo, num segundo passo, deve ser repensado o modelo tributário brasileiro, no sentido da formulação de uma melhor distribuição da renda pública entre a União, Estados e Municípios.

aa) Deputado ALCEU MARTINS — RS, Presidente
Deputado DARCY DEITOS — PR, Relator
Deputado MANIQUE BARRETO — SC
Deputado CESAR MORITZ — SC
Deputado GILSON DOS SANTOS — SC
Deputado JULIO VIANNA — RS
Deputado VICTORIO TREZ — RS"

Outro assunto, Sr. Presidente, para concluir, é dizer que amanhã faremos um pronunciamento para o encaminhamento de um requerimento a esta Casa, sobre a perplexidade que paira no Município de Campo Mourão, quanto a paralisação da obra do Anel Viário que contorna aquela cidade, obra que está a cargo do DNER e que lamentavelmente está paralisada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Fidelelino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é esta a primeira, a segunda, nem a terceira vez que venho à esta tribuna, reclamar a posição do Governo diante dos expropriados das terras, relativas ao trecho de estrada que liga Cascavel à Capitão Leônidas Marques.

O DER desapropriou, para construir aquela estrada, o curso de Santa Teresa até o Rio Iguaçu.

Entretanto, Sr. Presidente, vários proprietários de pequenas chácaras, principalmente das próximas aos núcleos urbanos, por onde passou essa estrada, até hoje ainda não receberam a indenização. E a notícia que temos é de que o pessoal do DER, que vai esclarecendo ao longo destes anos o valor da expropriação, tem dito que o Governo do Estado não tem dinheiro para pagar aquelas indenizações.

A intranquilidade que está surgindo no meio rural, ligado à essa faixa, a esses interessados, é muito grande, Sr. Presidente.

Ainda na semana passada, fizemos uso desta tribuna, para propor ao Governo que agilize as indenizações aos preços reais das terras que hoje estão ocorrendo ali. Porém, nenhuma posição houve da parte da Secretaria dos Transportes e muito menos do DER.

Na próxima semana, provavelmente, vai haver um movimento de todos os expropriados que ainda não receberam

Nós mais uma vez queremos deixar registrado aqui, nesta tribuna, que o Governo do Estado tem a obrigação de dar uma palavra, uma afirmação correta, do comportamento que deve adotar junto àqueles expropriados; porque caso contrário, nós juntamente com os interessados e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel e de Capitão Leônidas Marques, faremos uma mobilização para que o Governo tome providências neste sentido.

Não há mais tranquilidade e a apreensão que acode aqueles agricultores é muito séria. Muitos chacareiros que não têm onde morar, que foram expropriados e até agora não receberam a indenização; afora esses, os sitiantes, os pequenos proprietários de terras. É preciso que o Governo tire a cereja do ouvido e ouça a reclamação que se tem verificado, por escrito e por denúncia, desta tribuna.

Neste sentido, Sr. Presidente, deixo mais este apelo, ponderado, para que o Governo tome, de uma vez por todas, uma posição pública diante deste problema.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gerônimo Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ontem foi o Prefeito de Guaratuba.

Amanhã será o General João Figueiredo, Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, quem receberá e prestará oficialmente homenagem à ditadura do Cone Sul.

Amanhã o Governo brasileiro prestará homenagem a um Chefe de Estado e de Governo, que ao integrar uma Junta Militar, após o golpe de março de 1.976, dissolveu o Congresso e as Câmaras provinciais na Argentina.

Amanhã o Governo brasileiro prestará homenagem a um Chefe de Estado que se diz favorável a redemocratização, mas que ao assumir aquele governo, demitiu todos os magistrados e destituiu — em nome da democracia — os governadores das 22 Províncias e dos Territórios. Enquanto a Junta Militar governava, foram suspensas as atividades do C.G.T — (Confederação Geral do Trabalho) — e de todos os sindicatos. O direito de greve foi suspenso. Os cinco partidos de tendência

marxista foram proscritos. A imprensa foi duramente censurada. Diante de toda essa arbitrariedade, a 27 de março do mesmo ano, a Junta Militar anunciou — democraticamente — que o General Jorge Rafael Videla — simplesmente — assumiria o cargo de Presidente da República Argentina.

O general da democracia relativa, lenta e gradual, empossou seu ministério, e dele, só dois civis tomaram parte.

Um ano após o assalto ao cargo de presidente, o general “salvador” não havia resolvido nenhum dos graves problemas que provocaram o golpe de 24 de março de 1976. A inflação era a maior do mundo — de janeiro a janeiro — 374%; os salários permaneciam congelados e o poder aquisitivo da população, havia diminuído em mais de 40%.

Amanhã o general Presidente, João Figueiredo estará mais uma vez de mão estendida. E desta vez — infelizmente — ao regime ditatorial que impera na Argentina, sob o comando do general Jorge Rafael Videla.

Amanhã o Governo brasileiro prestará homenagem ao Chefe de Estado do Governo Militar da Argentina, que em menos de um ano foi o responsável por mais de mil e quinhentas vítimas fatais, além do alto número de vítimas atingidas pela repressão policial a qual é acusada de utilizar-se de métodos de tortura atentatórios aos direitos humanos.

Amanhã o Governo brasileiro — não nós da Oposição —, prestará homenagem ao ditador argentino que tem no governo a figura do general Videla — governo este que tem sobre seus ombros, a acusação de mais de oito mil assassinatos; de 12 a 17 mil pessoas entre presas e desaparecidas e ainda, por manter mais de 165 câmaras de tortura e quase 800 mil exilados pelo mundo, perseguidos ainda, pelo regime de opressão e repressão. E ao vir ao nosso País, deverá dizer que lá, na Argentina, vai tudo bem, mas ao nosso ver, vai tudo bem, principalmente a repressão de seu governo à democracia.

Amanhã o Governo brasileiro prestará homenagem a um ditador que diz desconhecer a existência de campos de tortura em seu país, mas que segundo depoimento de pessoas que conseguiram sair dos infernos de Videla, os campos — as câmaras de tortura — são dirigidas por oficiais das três armas de seu governo — do governo de Videla.

Nos campos de tortura de Videla, os presos apanham em nome do governo; são afogados em tachos d'água; submetidos a choque elétrico; ratos são colocados sobre a cabeça e estômago dos presos políticos, para lhes roer a pele; os homens do governo de Videla cortam dedos das mãos dos prisioneiros políticos do regime. Segundo declarações publicadas pela imprensa nacional, uma ex-prisioneira política, assistiu quando num dos campos de tortura, homens de Videla esquartejaram uma criança na frente de um detido, afirmando ser o filho dele, para conseguir desta maneira brutal e anti-humana, arrancar-lhe uma confissão.

Amanhã o Governo brasileiro prestará homenagem a um ditador que nos envergonha diante da existência de 72 campos de tortura somente na Província de Buenos Aires. Esta tática serve para quê? Para garantir a continuidade de um regime que age contra os direitos do povo argentino?

Amanhã o Governo brasileiro prestará homenagem a um ditador que promove através de suas forças opressoras, o derrame de sangue do povo que continua sufocado e pisoteado pelas botinas da opressão militarista.

Não somos só nós que repudiamos tal homenagem a ser prestada, mas vários segmentos da sociedade brasileira, através de organismos de respeito. Segundo o vice-presidente da CBA em Curitiba — Moacir Reis Ferraz —, a vinda de Videla ao Brasil, ocorre logo após a aprovação da Lei dos Estrangeiros e após o golpe militar ocorrido na Bolívia. Este encontro segundo ele representa “um encontro de ditadores”.

Após mais de quatro anos de regime de opressão e de luta contra o povo, o general Videla passará, temos certeza, a enfren-

tar uma luta que vem despertando a consciência democrática mundial, através do Movimento das Mães da Praça de Maio. Um movimento no qual as mães argentinas exigem do general Videla, uma explicação sobre o assassinato, mutilamento e desaparecimento de seus familiares através dos órgãos de repressão política, mantidos e acionados pelos “gorilas” do general a ser homenageado.

Infelizmente para nós, a presença amanhã, do ditador Videla, nos traz lembranças de um período da ditadura brasileira, a qual não podemos esquecer. Videla vem abrir em nossas lembranças, feridas ainda não cicatrizadas, e que sabemos, em seu país, ainda hoje estão abertas e sangrando.

Em 24 de março de 1976 silenciou-se pela força, a voz dos que com ímpeto patriótico cantavam “OUÇAM, MORTAIS, O GRITO SAGRADO DA LIBERDADE”.

E foi também há doze anos antes, que se abafou o grito de nosso povo, relembrando o do Ipiranga “Independência ou Morte”, e amanhã os chefes de Estados se unem num abraço, mas a nós. Pois o povo continuará sua luta em busca do sol da liberdade, que com raios fúlgidos, haverá de brilhar no céu das nações hoje sob o regime de exceção.”

O Sr. Fidélino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Gernote Kirinus, Vossa Excelência como de costume traz à tribuna os assuntos mais sérios, ligados principalmente aos direitos conseguidos pelas Cartas que vêm, na pessoa humana, a razão maior da existência do Estado, a função maior da Lei e o objetivo mais profundo, do ordenamento jurídico de um País, ligado por assim dizer, aos direitos e garantias individuais e ao respeito à pessoa humana.

O caso da vinda deste detentor intruso do Poder Argentino também, a exemplo de muitos governos da América Latina e de outros continentes, tem um sentido verdadeiramente histórico, na marca das cicatrizes que as ditaduras têm deixado neste povo, que não conseguiu ainda liberdade, desde que veio para a América Latina, com algumas exceções.

O que está ocorrendo no Cone Sul, o que está ocorrendo agora, com avanços mais profundos a exemplo do que acaba de surgir na Bolívia, não é senão, o entendimento de regimes militaristas, autocráticos, para também, sacrificar um povo que trabalha, que quer liberdade, que está entendendo o que seja liberdade mas que precisa, para sobrevivência desses regimes, ser sufocado. Para isso, as leis nacionais já não chegam, é preciso que haja o entrelaçamento das ditaduras latino-americanas, para que esses Governos se protejam uns aos outros. Porque o seu povo não dá mais respaldo para esse tipo de Governo. E, a vinda do Presidente, ou do detentor do Poder da Argentina ao Brasil, não é senão, a prova do que na Argentina também, como no Chile, como no Paraguai, como no Uruguai, como na Bolívia, como pretendiam fazer no Peru, mas que não conseguiram, não é senão, sinal de que, o que desejam fazer da América Latina, é o quintal das grantes companhias multinacionais.

O jornal de ontem Deputado, o “Estado de São Paulo”, mais uma vez espelha o que é o regime militarista autocrático, ditatorial, impostor que existe neste País e nos demais. E, o que é pior, um Ministro de Estado, o super Ministro do Planejamento, com aquele proselitismo que lhe é peculiar, abundante quanto à sua estética física, tão abundante quanto ela, na televisão debatendo com economistas, querendo provar para a Nação brasileira de que, a forma de Governo, o Regime e o modelo econômico, é o que melhor existe para o povo. A vinda deste homem, deste General-Presidente para o Brasil, depois de instituída, depois de imposta, sem aprovação, sem dignidade do Poder Legislativo, deste Poder claudicante que sempre fica a bradar, e cujo o Presidente da Câmara dos Deputados tem sido o vozeiro, o espírito de novas conquistas mas que é o primeiro a vir achacar a Oposição, não teve dignidade suficiente

para se manter no plenário, para aprovar e não permitir o decurso de prazo. Este é o instituto que governa o nosso País. Os recursos da situação, que me perdoem os dignos representantes que sempre têm sido altivos nas suas posições mas, na verdade, são subservientes dos generais, que não sabem viver independentes, são apêndices desses regimes de exceção, o nosso mais veemente repúdio a Videla e outros ditadores, ao Stroessner inclusive, que teve um monumento aqui na praia de Guaratuba.

Realmente, é desalentadora a nossa situação, creio que, se não houver da parte dos homens que são norteados por Generais, se não houver altivez suficiente, talvez eles possam ser daqueles cujo jardim foi invadido e colhida uma flor na primeira noite; depois foi invadida a grama, abriram a casa e depois arrancaram-lhe a língua, aí não puderam falar mais.

Na Oposição há alguém ainda, não nesta Oposição claudicante, acanhada e muitas vezes até agachada dos parlamentos, é que vai fazer uma alteração no quadro institucional não só do Brasil, mas da América Latina. Não podemos aceitar a vinda de ditadores aqui no Brasil, sem repúdio público da Oposição, desta Oposição que pelo menos busca com seriedade, com sinceridade alcançar o regime democrático.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência e deixo da minha parte o repúdio a este General, Presidente que tomou na marra a Presidência da Argentina, depois de tumultuar o quadro político argentino, de muitos anos. Agora vem ao Brasil. Repudiamos a sua presença, exatamente na hora em que todas as organizações populares do Brasil estão também oferecendo o seu repúdio a este homem que nada deve ao Brasil, ou melhor que nada tem a ver com o Brasil.

Fica aqui os nossos cumprimentos a Vossa Excelência e o desejo de que o povo brasileiro entenda a posição dos oposicionistas de todas as áreas, contra esses regimes que querem implantar a miséria para triunfarem e viverem fazendo as mordomias e os gastos exagerados das finanças públicas.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu agradeço, nobre Deputado, o seu aparte, que vem somar forças ao repúdio veemente que devemos dar àquele ditador, que amanhã estará aqui sendo homenageado pelo nosso Governo. Inclusive Vossa Excelência foi muito feliz em lembrar a Praça de Guaratuba, em lembrar que o Presidente João Baptista Figueiredo não fez nada mais do que repetir o infeliz e lamentável exemplo de um prefeito, o Prefeito de Guaratuba ao homenagear o ditador paraguaio.

Portanto, agradeço a Vossa Excelência esse aparte e gostaria de dizer que a vinda de Videla ao Brasil tem significados espúrios. Hoje em São Paulo, são mais de oitocentos argentinos que vivem em nosso País, refugiados que vieram buscar cobertura à consciência democrática em nossa Nação, que estão em detrimento da Lei dos Estrangeiros recentemente aprovada, migrando para o nordeste, fugindo para bem longe porque saberão que Videla não virá sozinho, que virá não apenas com uma guarda pessoal, mas talvez, todo um contingente de policiais no esquema da repressão para praticar em nosso território a caça àqueles que lhe eram opositores na Argentina.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador)

Sr. Deputado, realmente houve uma evolução, principalmente na posse dos ditadores e muito bem foi observado pela revista "Veja". Na América Latina os ditadores melhoraram, estão com outro "know-how". Assim é que o General Meza substituiu os seus óculos escuros por óculos claros. E isso naturalmente deve ter lido há algum tempo atrás, quando se aconselhou num outro grande país da América Latina que também se substituissem os óculos escuros de um Presidente, por óculos claros.

E também já envergonhados de sua farda, o General Meza não assumiu a Bolívia sem as suas condecorações, e até copiando Janio Quadros, com jaquetão procurando ser "povo".

Estão se envergonhando, inclusive, de suas condecorações.

Mas gostaria que amanhã quando o General Figueiredo receber o General Videla, ele o fizesse como Chefe de Governo e o fizesse também como amigo pessoal, admirador de um povo que deu asilo a seu pai, nos idos de 40 e lembrassem, perfeitamente, que passado este compromisso, do formalismo da democracia, ele não esquecesse o que ele tem pregado e até sido muito audaz ao dizer que implantaria neste País uma Democracia, senão ele arrebitaria e prenderia.

Espero que ele lembre que quando seu pai precisou de asilo, houve um Governo, exatamente este Governo que hoje não admitiria este asilo, porque se existisse um Videla, àquela época, provavelmente o General Figueiredo nem seria General e, muito menos, Presidente da República, porque seu pai não teria, aqui na América Latina provavelmente, onde se refugiar.

Nesta América Latina dos Generais sem óculos escuros, mas já tirando as suas condecorações, como fez o General Meza, como faz Pinochet e agora com seu amigo Videla, naturalmente não existem razões para muito otimismo.

Cuide-se, por favor, Presidente Figueiredo! Receba esse homem que vem aí dentro de sua dimensão de Ditador da Argentina. E esperamos que a presença desse General não venha a mexer com os nervos de pessoas aqui do Brasil, que pretendem a volta ao tempo dos Generais de óculos escuros.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço, Sr. Deputado, o seu aparte e, para não tomar mais tempo, tendo vários querendo apartear, comprazer-me-ei em ouvir o aparte do nobre Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Agradeço, eminente Deputado Gernote Kirinus, mas as homenagens que serão prestadas pelo Governo brasileiro ao Ditador Videla, da Argentina, envergonha o povo brasileiro. Porque um País que homenageia Videla, também poderia homenagear, no mesmo nível, os ex-ditadores. Idi Amim Adada, da Uganda, ou o canibal Bokassa, do Império Centro-Africano.

Mas o que se espera de um País deste? Que reconhece mais uma ditadura na América Latina, a ditadura do General Meza, na Bolívia? Que reconhece, juntamente com mais onze "grandes potências desenvolvidas", tais como Paraguai, Argentina, Uruguai, Guatemala, Israel, África do Sul, etc., etc., etc..

Veja Vossa Excelência de que nós não nos envergonhamos, porque não aceitamos o ditado nazi-fascista que diz que "cada povo tem o Governo que merece"; o povo brasileiro não merece o Governo que tem, porque não escolheu e não votou nele.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o parte e ouvirei o aparte do Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Kirinus, realmente o Cone Sul está fortalecendo as ditaduras de uma época para cá. Aqui se criou uma espécie de associação das ditaduras do Cone Sul, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile... e somando-se a isto as visitas feitas pelo Presidente do Brasil ao Paraguai, à Argentina e agora a ida para o Chile, caracteriza, realmente, o fortalecimento destas ditaduras no Cone Sul.

O Parlamento argentino fechado à golpes de baioneta, há quatro anos atrás, continua fechado. E o Brasil recebe o Presidente da Argentina. Acho que a mão estendida do Presidente Figueiredo, é a mão estendida para os ditadores do Cone Sul.

E como já nos dizia àquela época e o nobre Deputado estava também na embaixada norte-americana em Assunção, quando o então embaixador norte-americano, para o Paraguai, Robert Edward Wayt, numa reunião com os Deputados desta Assembléia, Wayt dizia, que a América do Sul se cuida, porque se ganhar o Partido Republicano nos Estados Unidos, a coisa fecha. E antes das eleições nos Estados Unidos, os reflexos já estão se esparramando por aqui. E amanhã, num aperto de mão, entre os dois ditadores, estará caracterizada a

união destas ditaduras do Cone Sul. E na hora do aperto de mão entre os dois Presidentes, nós vamos ver, escorrendo por entre os dedos, filetes de sangue. Porque ambos estão com as mãos manchadas de sangue. O Brasil deveria clamar de norte a sul amanhã, fora Videla, fora ditador, que não venha sujar ainda mais este chão, onde já há uma ditadura implantada.

Obrigado, Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comunica ao nobre Deputado, que o tempo de Vossa Excelência está esgotado. Entretanto consulta à Liderança do Partido do nobre Deputado se fará uso do seu horário. — (Pausa).

O nobre Deputado passa falar em nome da Liderança do seu Partido.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço a Liderança do meu Partido e logo em seguida darei o aparte ao nobre Deputado Augusto Carneiro. Só gostaria de lembrar neste contexto, que quando nós preocupávamos em reunir forças aqui no Cone Sul, através de um centro de forças democráticas, logo em seguida, foi lembrado de que nas Constituições das Ditaduras do Cone Sul existiam artigos e leis que impediam qualquer aliança a nível partidário. Mas enquanto isto, as alianças das ditaduras, continuam, tornando-se cada vez mais firmes, mais fortes e cada vez mais voltados contra os interesses dos seus povos. Eu ouço o aparte do nobre Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Agradeço o aparte, ao nobre Deputado, que mais uma vez com o brilhantismo de sempre ocupa a tribuna. Porém no pronunciamento de Vossa Excelência hoje, eu queria registrar o seguinte: de que me sinto feliz em perceber que neste País as Oposições têm livre acesso de dizer o que pretendem, de expressarem as suas idéias, de combaterem o Governo brasileiro, e até de extrapolarem a oposição a Governos estrangeiros. Isto demonstra de vez por todas de que aqui caminhamos para uma Democracia, onde todos usam a sua livre expressão de idéia. Com referência a receber ou não o Presidente de um outro país, sem entrar no mérito do Governo de cada um, porque a nós não compete analisar, o governo argentino, nós já temos problemas demais neste País, que a nós cabe resolvê-los. Porém, quando o nosso Presidente foi à Argentina, foi pelo Governo de lá bem recebido, fidalga, educada e honrosamente. E não seria agora que um Governo estrangeiro seja ele qual for, se propõe a visitar a nossa Nação e vem aqui, investido dos princípios legais, a nós cabe receber da mesma forma com que o Governo brasileiro foi recebido na Argentina. Porém, quando criticam outros governos, estranha-me certas posições, como a do Deputado Fiori, que critica duramente a ditadura, porém eu já o ouvi da tribuna, defender o sistema de governo cubano, que para mim é um exemplo maior de ditadura. Por isso, é necessário, Sr. Deputado de que nós, ao usarmos da nossa palavra, pensemos muito bem e analisemos muito bem, para que fiquemos com os nossos pés no chão, tentando resolver os nossos problemas e sendo exemplo para o resto do mundo, conforme eu acho que o Brasil tem sido. E quando algum brasileiro visitar um País estrangeiro, como nós sabemos que inclusive alguns Deputados têm visitado, sejam também bem recebidos nos países que vão, é o que nós desejamos, para podermos aprender lá, quem sabe, alguma coisa útil para que aqui seja aplicada ou para que aqui não seja aplicada. Porque o povo brasileiro sabe o que quer.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu agradeço e ao mesmo tempo lamento o aparte, porque não posso me sentir feliz, nem tranqüilo diante da intranqüilidade, o apavoramento que leva inclusive ao suicídio, de estrangeiros argentinos que estão fugindo para o nordeste do País apavorados, diante do pavão que aí vem chegando.

Não posso me sentir feliz ainda porque eu tenho quase que a certeza que nós estamos falando aqui da tribuna, porque seria o cúmulo se aqui já não pudéssemos mais falar também. No entanto, eu pergunto, como será o quadro na imprensa, nos jornais, amanhã, na vinda de Videla? Registrar-se-á o nosso descontentamento? Registrar-se-á o nosso protesto? Registrou-se o protesto dramático das mães da Praça de Maio, a não ser através de boletins e da imprensa alternativa? Eis a razão pela qual não posso, nobre Deputado, dar-me por contente e satisfeito, porque a abertura realmente não passa de uma pequena fresta. Mas, mesmo assim, essa pequena fresta, deixa adentrar a luz e o calor para aquecer o pensamento e o ânimo do nosso povo, para refazer pelo menos um pouco de esperança. Por outro lado, gostaria também de dizer que se a nós não compete analisar a realidade do País vizinho da Argentina, não compete também à nossa Polícia e não compete também ao nosso Governo permitir que se façam seqüestros de argentinos aqui e os entregue a Videla. Não se permite também, se queremos respeitar a soberania de um povo, de que através de uma lei, macabra como a “Lei do Estrangeiro”, se permita acordos bilaterais, no sentido de entregar patriotas democratas, que se refugiam em nosso País, à ditadura de Videla. Acredito que não é uma questão só de educação, é muito mais do que educação. É uma verdadeira aliança que se está fazendo, depois de apreciar a Lei do Estrangeiro, depois de apreciar o comportamento desses dois ditadores, em relação à desgraça que sobreveio à Bolívia. E digo mais antes de dar o aparte ao Deputado Nelson. Que se me inscrevi na semana passada, para falar no Grande Expediente, hoje a pedido de vários Deputados do PDS, que já falaram, sobre a Ditadura de Cuba, pretendo aqui ainda, desta tribuna, se ainda houver ditadura ou pelo menos Democracia até lá, falarei também sobre o ditador Fidel Castro. Terei o prazer de fazer um breve relato sobre o que vimos quando lá estivemos oficialmente, em visita. Talvez eu serei mais cuidadoso do que o Coronel Haroldo Sanfons, Deputado Federal do PDS, que lá estive e voltou elogiando. E ninguém o chamou de comunista, nem vermelhinho. Talvez eu serei mais moderado, por uma questão inclusive do tabu, do mito e do carimbo que já se colocou em companheiros do MDB, serei mais moderado do que o Deputado Federal Emídio Perondi, de Ijuí, do Rio Grande do Sul, quando falou na Rádio Guaíba que, “seria para nós uma vergonha, com 120 milhões de habitantes, exportar 18 bilhões de dólares, enquanto que a ilha, de Fidel, com 10 milhões, exporta 9 bilhões de dólares”!

Talvez não direi isto, farei, isto sim, uma comparação honesta e posso afiançar de antemão que, nós temos muitas coisas iguais ao ponto de, dar razão ao grande Senador Brossard, quando disse: “para passar do regime comunista, da ditadura do proletariado, só falta, ainda, virar uma chave, trocar um nome”. Porque a Lei Falcão inclusive, este Governo brasileiro inspirou-se em Cuba, lá é exatamente o mesmo, o processo eleitoral. Mas ainda farei um pronunciamento a respeito disto, nobres Srs. Deputados do PDS, a pedido do Sr. Deputado Gabriel Manoel e tantos outros Srs. Deputados que nos pedem insistentemente, para falarmos na ditadura de Cuba; embora Cuba esteja longe, Videla está aqui; embora Cuba esteja longe, Stroessner está aqui, está matando aqui, está assassinando aqui, está invadindo o nosso território para levar presos argentinos, por isto nos preocupamos mais, com a Argentina e com o Paraguai.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gernote Kirinus, não pretendíamos hoje à tarde fazer aparte, inclusive pela condução exemplar que o ilustre companheiro fazia e faz, sobre a visita de mais um ditador; ao nosso País, mas diante de um aparte que acabei de ouvir, quer me parecer que, nós devemos começar, fazendo uma distinção entre Nação e Governo, começa aí a confusão; Nação, é

o povo argentino, é a sua gente, que merece toda a nossa solidariedade, a nossa presença, o nosso respeito, inclusive não nos intrometendo nas decisões que eles pudessem ter, mas, não tiveram no último episódio violento, militar; e outra coisa é o Governo, porque, Nação é permanente, e Governo é temporário e, é ao Governo argentino que nós nos referimos. Parece-me fundamental fazermos esta distinção, porque, de repente, se procura, aqui, repetir a surpresa diante da manifestação da Oposição brasileira quando do episódio da presença, em nosso Estado, não do povo paraguaio, não do povo guarani, mas, do General Stroessner, com uma homenagem em praça pública — como agora, devemos fazer a distinção entre a presença de um General militar com um regime autocrático, dirigindo um país a ferro e fogo, e, o povo argentino; feita esta distinção que é fundamental para a análise que estamos fazendo, é preciso dizer que não há, não há nada mais ligado, hoje, do que os países latino-americanos, na questão da força, da arbitrariedade, da repressão, como também na questão econômica, porque a nova Divisão Internacional do Trabalho assim decidiu, e hoje, inclusive algumas fábricas estão fechadas na Argentina com toda a sua capacidade sendo transferida para o Brasil, não porque a Argentina não queira ou porque mudou o Governo ou porque mudou o regime, porque, o sistema capitalista internacional que dominou os países do terceiro mundo no seu monopolismo, também pretende, dentro da sua visão de maximização de lucros e minimização de custo, fazer com que nós tenhamos, aqui, mais fábricas do que elas distribuídas na América Latina, porque se concentra a força, porque se concentra o poder político, porque também se concentra o poder econômico e o poder social. E hoje, inclusive, estão sendo reabertas exportações até de veículos para a Argentina, não preocupados com a valorização da produção brasileira, mas, porque assim decidiram os monopolistas da indústria internacional. E, assim, vale para todo o resto! Eles lotearam a América Latina, e por isto as fronteiras não mais existem como também já se criou o mercado comum latino-americano, da arbitrariedade, da repressão, da violência. Nós não temos um mercado comum como existe na Europa, no setor econômico-social, mas, temos, no setor policial, porque há interesses atrás, que assim pretendem. Porque a Lei de Segurança Nacional que existe no Brasil, a sua origem e seus ideólogos estão lá na Argentina, como estão no Chile, como estão nos outros países e aonde que surgiu a doutrina de Segurança Nacional?

Foi na Escola Superior de Guerra? Foi Golbery Couto e Silva, que a idealizou no Brasil? Ou Pinochet no Chile? Não, foi West Point sob controle e determinação, de um ministro que hoje — é do Banco Mundial e que na época era Ministro de Defesa dos Estados Unidos chamado Robert MacNamara, para que houvesse segurança e desenvolvimento, segurança para eles. E o pau contra quem for opositor ou não comungar das idéias e, desenvolvimento para eles, é o enriquecimento de meia dúzia, mancomunado com o auto-capitalismo internacional. Isso vale para a Argentina, para o Brasil, para o Chile, para a Bolívia, ou qualquer outro país da América Latina.

Portanto, me parece, que o Parlamento do Paraná e do Brasil, deveria amanhã, em protesto, fechar as suas portas. Porque lá na Argentina está fechado o parlamento, como fez o parlamento inglês, quando Sua Excelência o Presidente Geisel, esteve na Inglaterra, na última viagem que fez ao estrangeiro; o parlamento se negou a fazer sessão, não recebendo o Presidente brasileiro, porque aqui, ele fizera o que bem entendera, pisando por cima dos direitos congressuais, dos direitos da liberdade inclusive, como golpes que fizeram no próprio fechamento do Congresso. O Geisel teve em três países, este tipo de reação.

E, este País, este Brasil, está recuperando um pouco da sua dignidade, quando as Oposições se unem, para não receberem oficialmente um Presidente, que tomou à força o Poder e ba-

nhou de sangue sua Pátria.

Está se recuperando neste País, um pouco da dignidade através das Oposições, neste episódio. Porque nós também, ilustres Deputados, recentemente quando tivemos milhares de brasileiros no estrangeiro, expulsos, ameaçados, violentados ou exilados ou asilados, muitas pátrias inclusive a Argentina, recebeu de braços abertos os nossos irmãos brasileiros, que aqui não poderiam mais permanecer. Nós agora, estamos também, retribuindo um pouco daquela solidariedade.

Ora, ilustre Deputado, quando é que os Parlamentares deixarão de ser executivos, quando é que os Deputados e Senadores deixarão de bajular o Poder, para ficarem ao menos com as prerrogativas que devem possuir, com a dignidade que merece o Parlamento, com o respeito que deve ter da opinião pública, na tribuna de qualquer Parlamento deste Estado e deste País.

Portanto, Deputado, me congratulo com seu pronunciamento, me estendi um pouco, porque era preciso dizer alguma coisa, diante do que acabamos de ouvir. Mas, fica clara nossa posição, se dependesse de nós, amanhã este Parlamento deveria fechar as suas portas em sinal de protesto, pela presença de quem, além de fazer tudo aquilo que nos referimos, está com o parlamento fechado por sua santa vontade no País de origem.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte nobre Deputado.

E, para encerrar nobre Presidente, nobres Srs. Deputados. Se aqui estamos falando em repúdio a esta visita, é porque sabemos, dentro da consciência democrática, de que um homem que dissolveu o Congresso e as Câmaras provinciais, de que um homem que demitiu todos os magistrados, destituiu todos os Governos, as Provinciais na Argentina, não representa o seu povo. E se aqui estamos falando, é exatamente em defesa da nossa honra, da nossa dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário. Com a palavra, o Deputado João Elísio.

A Mesa registra a presença, em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Pedro Sampaio, bem como do Sr. Deputado Federal Maurício Fruct.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

O Brasil acompanhou no último domingo os debates pelas emissoras de televisão dos quais participaram os Ministros Delfim Neto, do Planejamento, e Murilo Macedo, do Trabalho. E ao tempo em que eram reforçados os pontos críticos que o conjunto da sociedade enxerga na política econômica, percebia-se a disposição dos representantes do Governo em defender a tese de que não há incompatibilidade entre a abertura e a luta contra a inflação, com que aliás, concordamos. O que se percebe, no entanto, é que nesse entrelaço necessário e comum à estruturação de uma sociedade politicamente aberta nem sempre o princípio declarado correspondente à ação. Assim, por exemplo, a área oficial se empenha em exorcizar certas palavras. Uma delas é a recessão. Enquanto o Governo diz seguir um caminho para sustentar o desenvolvimento, administrando a inflação, aqueles setores da economia que já foram duramente punidos pela adoção das medidas governamentais declaram que nos encontramos num quadro de clara recessão, conquanto se queira atenuar o impacto da definição com o uso de palavras como "desaquecimento". É a evidência observada quanto ao comércio e a indústria que diante da camisa de força do limite da expansão do crédito a 45% se encontram em numerosos segmentos com um quadro clássico de recessão, delineado num processo de descapitalização, rotatividade de mão-de-obra, queda da taxa de emprego e ampliação do nível de insolvência, patenteado no registro elevado de falências e concordatas.

O próprio Ministro Delfim Neto, afirmou que dificilmente se obterá consenso quanto aos métodos empregados e que cabe

à sociedade civil, organizada, expor os seus pontos de vista de crítica.

A impressão que se tem numa política que se diz aberta à correção de rumos é que não há outro caminho a adotar senão o da severa vigilância e o da mobilização das áreas atingidas para que exerçam o seu legítimo direito de pressão.

Teria o Governo um painel perfeito da situação para adotar as medidas que emprega? É crível que se tenha analisado, em sua especificidade, as conseqüências de medidas genéricas e bruscas como a recentemente adotada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem com a determinação da paralisação que alcançou o andamento de obras importantíssimas em todo o país? A impressão que se tem, pela violência da solução encontrada, é que não só não se apreciou com critérios de prioridade e seletividade que frentes de trabalhos deveriam ser desativadas como também não se pensou no peso específico das conseqüências que afetariam as empresas da construção civil submetendo-as ao risco da quebra como também na brutal liberação de mão-de-obra. Num levantamento preliminar, considerado ainda bastante conservador, verificou-se que apenas no Paraná, em algumas obras da BR-116, BR-277, BR-373, os contornos de Curitiba e Campo Mourão, haveria a possibilidade, a curtíssimo prazo, de 3.850 dispensas de trabalhadores. Mais de mil dispensas já foram concretizadas em diversas dessas frentes de obras.

A quase totalidade dessas obras eram consideradas prioritárias pelo governo federal ou por se situarem em pontos de alta densidade de tráfego ou por incidirem nos decantados corredores de exportação. É sabido que quando o poder público, que afinal detém os dados da situação para definir uma estratégia, elege uma prioridade, ele o faz com o agudo senso de um cronograma, com a visão precisa dos prazos em que aquela obra deve ser concluída para servir de suporte à sua política de desenvolvimento. E ao definir responsabilidades, abrir concorrências e estimular as empresas a se habilitarem e a assumirem tais encargos sabe também que isso implica num investimento e induz à programação. As empreiteiras fazem investimentos pesadíssimos na aquisição de equipamentos, estruturam-se e firmam para honrar os compromissos assumidos.

Ainda que o governo não seja pontual nos seus compromissos, submetendo as empresas a problemas financeiros sérios, que tem levado muitas delas à falência, não se acreditava possível que de um momento para outro se baixasse um verdadeiro édito suspendendo o andamento das obras.

O Brasil escolheu, preferencialmente e por motivos históricos que não convém no momento abordar, a opção rodoviária. Conquanto procure nos últimos tempos reduzir a defasagem que há com outras modalidades de transportes como hidroviário e o ferroviário, sabe-se que dificilmente se romperá a condicionante do predomínio da rodovia. A sustação de obras, como no caso do Paraná, que é bem um exemplo do que ocorre nas demais regiões do País, indica que reina a maior perplexidade entre os condutores da política econômica. De fato de que adianta afirmar que existe uma ênfase em favor do setor agrícola, com abertura de crédito fora do garrote dos 45%, se corremos o risco de vermos essa produção, imaginada outra vez como uma super safra, sofrer o risco de um estrangulamento justamente nos corredores de exportação? Atende-se ainda para o detalhe de que em muitos pontos dessas rodovias e é o que acontece em trechos da BR-277 entre Curitiba e Paranaguá — há em andamento obras que por sua natureza tendem a deteriorar se houver uma suspensão e a criar condições para deslizamentos em encostas, o que significaria o bloqueio das pistas de rolamento como aliás já tem acontecido tanto ao longo dessa rodovia como da BR-116 em pontos estratégicos entre São Paulo e Curitiba.

Se o Governo afirma estar dotado de um alto grau de racionalidade nas medidas que aplica, supõe-se que deveria ter

examinado, detalhadamente, as questões de logística e de estratégia na indicação das obras a serem desativadas.

A impressão que tudo isso causa é de pasmo e perplexidade. E isso vem aumentar as razões da baixa credibilidade que as várias classes sociais, dos empresários aos trabalhadores, dos técnicos aos profissionais liberais, revelam diante dos ministros, principalmente daqueles que se esforçam para mostrar publicamente, como se viu nas recentes entrevistas na televisão, uma imagem moderna de homens abertos ao diálogo e até instigadores da crítica.

Uma determinação genérica de paralisação como essa em nada favorece, como elemento de apoio psicológico, a disposição do agricultor que sofrerá com os transtornos na hora do escoamento das safras e servirá também como elemento de intranquilidade a outros setores da economia. Será mais fácil ao Governo reduzir os déficits pelo corte às mordomias e a obras faraônicas do que buscar um caminho que trava o desenvolvimento.

O Paraná tem feito um esforço interno fora do comum nas inversões de infra-estrutura. Embora a nossa cota na geração de cambiais como nada mais de 25% do total de grãos produzidos no país, as inversões federais em nosso Estado não configuram um mecanismo de reciprocidade.

Do parque rodoviário em operação, a esmagadora maioria das obras foi realizada à custa da poupança interna. Obras federais tem sido verdadeiramente novelesca como bem o demonstram a BR-277 e a BR-116.

As empresas ligadas ao setor, as entidades de representação classista, tem manifestado a sua dramática preocupação com o fato. Esta a razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pela qual juntamos o nosso protesto contra uma decisão atabalhoada, anárquica, que confunde e desestimula e ameaça gerar problemas sociais e econômicos com efeitos multiplicadores muito sérios, devastadores. Medidas paradoxais, conflitantes, como estas em nada colaboram para que haja o tão desejado consenso entre o povo e os seus governantes. Aos paranaenses, diante da situação, só resta um caminho: o da mobilização para exigir a revisão imediata de medida tão insólida." O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Quero me congratular com a posição de Vossa Excelência ante os graves problemas relativos às vias rodoviárias do Brasil e, principalmente, ferroviárias. Quero me associar no que tange à chamada veia de acesso do corredor de exportação.

Sabe-se que o Governo estaria pensando em construir a ferrovia chamada "Ferrovia da Soja", exatamente para alargar a faixa de atuação no carreamento de riquezas para o Porto de Paranaguá.

Ocorre que em várias oportunidades, vários Ministros têm dito que farão esta ferrovia, mas até agora não se têm notado a presença física e nem financeira para agilização da implantação desta. E, o que é pior, esta estrada BR-277, que vai até Foz do Iguaçu, muitos trechos estão praticamente sem possibilidade de tráfego. Alguns lugares nos trechos de pontes onde o Governo procura instrumentar com novas pontes para facilitar o transporte de equipamento pesado para Itaipu, a dificuldade de passagem de carretas e caminhões carregados de produtos agrícolas, é muito séria. E é nesse sentido que as Oposições, com as quais, a nossa se incorpora ao pronunciamento específico de Vossa Excelência, mas, estendendo para este campo, porque esta ferrovia e esta rodovia são do mais alto interesse transnacional para a economia dos países que fecham as fronteiras em Foz do Iguaçu, entre os quais o Paraguai, Argentina e o Brasil — abstraindo o problema, do processo político, mas, no processo econômico e social, é da mais alta significação, a implantação de rodovias e do aparelhamento dessas já existentes, do melhoramento dessas que já foram implantadas, para que haja um perfeito escoamento da safra, e, sobretudo

no trecho citado por Vossa Excelência.

Por isto me congratulo com Vossa Excelência, porque é de real necessidade que tomemos consciência e sobretudo os Governos, para que, instrumentem a economia paranaense, a economia deste Estado que carrega, para os cofres públicos federais, as maiores divisas, considerando que aqui nós produzimos mais de vinte e seis por cento, quase vinte e oito por cento da produção de grãos, de todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Muito obrigado, Deputado Fidelcino Tolentino. Mas Vossa Excelência tem razão quando alega que esta estrada que liga Foz do Iguaçu a Paranaguá é de suma importância, e gostaria de lembrar aos Srs. Deputados, que realmente, o que acontece é que nós, paranaense, somos os eternos esquecidos! Enquanto se faz uma Cuiabá/Santarém, uma Transamazônica, uma ponte Rio-Niterói, nós esquecemos dessa região do Estado que como muito bem disse Vossa Excelência, representa vinte e cinco por cento da produção em grãos, do País.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do PDS, se deseja ocupar a tribuna.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O eminente Deputado José Tavares, no dia 13 de agosto, ocupando a tribuna desta Casa, disse, entre outras coisas o seguinte:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quando venho à tribuna para falar da Polícia do Paraná, normalmente o faço, estribado em provas veementes.

Tive oportunidade de ouvir uma gravação de quase duas horas, feita pelo Deputado José Domingos Scarpelini, com um dos irmãos da família Ferreira que fora vítima da prisão, em Apucarana, e onde o Delegado exigiu, para soltá-los, quinhentos mil cruzeiros.

Trata-se de um fato gravíssimo, e, não posso admitir como até a presente data, isto é, 13 de agosto de 1980, o Sr. Secretário da Segurança do Paraná, o Sr. Diretor da Polícia Civil, não tenham tomado, sequer, alguma providência para apurar as denúncias que o Deputado Scarpelini e que este Deputado fez, através da imprensa, no Norte do Paraná.”

E continua, inclusive citando o Estatuto dos Funcionários Públicos fixando a responsabilidade da autoridade que tiver ciência, conhecimento de um ilícito, e não tome as providências legais cabíveis.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, não é somente o peixe que morre pela boca como diz um velho ditado popular, as pessoas, quando mal informadas ou então em busca de notoriedade ou popularidade, também acabam igualzinho ao peixe. Afirmando isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque, diariamente nós temos assistido nesta Casa, quase que diariamente ou pelo menos em quase todas as vezes em que ocupa a tribuna, o nobre Deputado José Tavares, críticas violentas ao Secretário da Segurança, especialmente à Polícia Civil. Eu, sinceramente, ainda não pude me aperceber aonde quer o nobre Deputado José Tavares chegar, ele que foi um ex-Delegado de Polícia - brilhante por sinal - um homem que tem dado, nesta Casa, provas de sua integridade da sua competência como Deputado, não entendo porque quase que em todos os pronunciamentos se lança em diatribes violentas, contra uma Instituição. Uma Instituição que com todos os seus erros, é o dever principalmente, dos homens públicos, em tentar preservá-la, pelo menos não expô-la à execração pública, porque é exatamente a Instituição Policial que propicia a segurança para que

possamos trabalhar em paz, para que o Estado e a Nação possam se desenvolver normalmente.

Diria, que seja uma frustração do nobre Deputado José Tavares, não sei o que é que não deu certo na sua intenção de fazer carreira na polícia. Não diria também, que seja uma idiossincrasia do Deputado contra a Polícia Civil.

Mas, diria, que muitas injustiças têm sido ditas aqui, pelo nobre Deputado José Tavares, com relação a Polícia Civil. Porque Sua Excelência sempre acusa a polícia de corrupção e, se Sua Excelência trouxesse a esta Casa provas realmente concretas da corrupção policial, seria o 1.º a felicitá-lo, porque estaria daí sim, prestando um serviço inestimável à coletividade paranaense. Mas, as acusações que a polícia é corrupta, protege o jogo-do-bicho, protege o lenocínio, a prostituição generalizadas, as ouço desde que ingressei na minha vida pública, a mais de quarto de século. E, sempre existiu o jogo-do-bicho, sempre existiu a prostituição inclusive, quando Sua Excelência foi Delegado de Polícia não pode acabar, embora nunca tivesse notícias, graças a Deus, tivesse tido notícias de que Sua Excelência tivesse envolvido no jogo-do-bicho ou na proteção ao lenocínio, à prostituição.

Então, gostaria que todas as vezes que o nobre Deputado Tavares falar em corrupção dentro da Polícia, que traga realmente uma prova concreta, porque encaminharei, serei o primeiro a subscrever uma CPI, contra o fato delituoso que aqui for apontado. Agora, sabe Sua Excelência, ele foi delegado, e garanto que todas as vezes que teve notícia de que algum seu subordinado tivesse prevaricado, ou extrapolado suas funções, tomou as medidas cabíveis, sabe Sua Excelência que o atual Secretário da Segurança é um homem sobre todos os tidos digno, honesto, honrado, com uma folha de serviços prestados à Nação brasileira e ao Paraná, conhece o nobre Deputado José Tavares também, a vida pregressa do atual Diretor da Polícia Civil do Estado, sabe que se trata de um moço digno, de um moço correto, que não compactua com a indecência, com a desonestidade, com os prevaricadores da função pública. Sabe tudo isso o nobre Deputado.

Portanto, estranho e é estranhável que sempre traga essas acusações e, a prova que estava muito mal informado, quando disse aqui, que até a presente data nenhuma providência para apurar as denúncias havia sido tomada pela diretoria da Polícia Civil e pelo Secretário da Segurança.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência concede um aparte? O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concederei o aparte a Vossa Excelência.

Vou ler aqui rapidamente o Ofício n.º 2187/80 assinado por Luiz Chemin Guimarães ao Secretário da Segurança:

“Sr. Secretário: (Lê o ofício)

Acusando o recebimento do ofício n.º 660/80, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que em face das denúncias do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, contra os Delegados de Apucarana, como é de seu conhecimento, foram designados os Béis GIL CORRÊA FEURSCHUETTE e DELFINO ULHOA CINTRA, respectivamente, para a apuração das possíveis responsabilidades administrativas e penais.

É de se ressaltar que os nominados Delegados de Polícia encontram-se presentemente na região de Apucarana, desenvolvendo as necessárias diligências elucidatórias; contando a autoridade policial que preside o inquérito policial com o acompanhamento do Sr. JEROSLAU SCROBOT, Promotor Público da Comarca de Apucarana, em decorrência da solicitação que fizemos à Douta Procuradoria Geral da Justiça, para a obtenção dessa providência.

Quando estiverem concluídos os procedimentos referidos, encaminharemos cópias a essa Egrégia Secretaria da Segurança Pública.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos

de meu apreço e distinguida consideração.

E aqui, datado de 18 de julho de 1.980, o seguinte Radiograma: (Lê):

DR. GIL CORRÊA FEURSCHUETTE
MD. Delegado Chefe da 9a. SDP Maringá
Nº 55/80 de 18/07/80

Determino VS instaurar sindicância possível envolvimento policiais SDP Apucarana com político local vg informando após vg esta DPC pt sds

Hamilton Soares Canfield
Sub Diretor.

Depois lê uma portaria.

"O DIRETOR DA POLÍCIA CIVIL DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 62, item XIII do Regulamento da Polícia Civil, aprovado pelo Decreto n.º 4884, de 24 de abril de 1.978, resolve

DESIGNAR

o Bel. DELFINO DE ULHOA CINTRA, ocupante do cargo de Delegado de Polícia, 1a. Classe, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, para em caráter especial, instaurar e presidir o Inquérito Policial, sobre o fato denunciado no protocolado sob n.º 5172/SESP de 17.07.80.

Diretoria da Polícia Civil, em Curitiba, 05 de agosto de 1.980.

Em 6 de agosto expede também o Diretor da Polícia Civil, um ofício ao Desembargador Henrique Chesneau Lenz César, que é o Procurador Geral da Justiça do Estado.

(Lê):

Apraz-me vir a presença de Vossa Excelência solicitar suas determinações no sentido de que seja designado um Promotor de Justiça para acompanhar o inquérito policial a ser instaurado e presidido pelo Bel. Delfino de Ulhoa Cintra, Delegado de Polícia de 1a. classe, embasado nas acusações do Deputado José Domingos Scarpelini - contra os Delegados Chefe e Adjunto da 12a. S.D.P. em Apucarana.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Vê o nobre Deputado José Tavares, a Casa e o povo do Paraná que o Sr. Secretário da Segurança e o Diretor da Polícia Civil do Estado cumpriram com o seu dever. Resta agora as pessoas designadas apurarem com isenção os fatos denunciados pelo Deputado José Domingos Scarpelini.

O Sr. José Tavares - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Líder, apenas para reafirmar aqui que este Deputado não tinha conhecimento de alguma providência tomada pela Secretaria da Segurança Pública. Não sou superior do Secretário da Segurança e nem do Diretor da Polícia Civil. Portanto, ele não tem à primeira vista que me dar informação, que me prestar informação, porque não sou seu superior e também não sou ligado à instituição.

Confesso que estou tomando conhecimento agora através de Vossa Excelência que a Segurança do Paraná tomou essas medidas meramente rotineiras visando esclarecer os fatos. Espero, espero e o tempo vai se encarregar disso, e voltarei à tribuna oportunamente para analisar o que vou acabar de dizer, espero que esta medida designatória de Delegado de Carreira para presidir sindicância não se concretize em mais uma medida rotineira, meramente administrativa como tantas e tantas que vi durante a minha carreira.

Não sou frustrado por ter deixado a Polícia, absolutamente. As razões nobre Líder, que me fizeram deixar a Polícia, já foram claramente expostas em uma carta que escrevi ao Secretário da Segurança Pública, na época o General Alcindo Pereira Gonçalves, e tive a dignidade de entregar em mãos para ele a carta. E o Paraná inteiro tomou conhecimento das

razões pelas quais eu deixava a Polícia. Sempre disse e talvez é por isso que Vossa Excelência tenha usado a palavra frustração, como o próprio Delegado de Apucarana que acuso de ter extorquido dinheiro, esses quinhentos mil cruzeiros, como a própria Associação dos Delegados que também naquela nota que me considerou "persona non grata", disse que eu era um frustrado, ou um magoado. Confesso a Vossa Excelência que eu, como delegado, me sentia como elemento útil à instituição e sempre reconheci, de público, que a instituição policial é uma instituição útil à sociedade. Disse muitas vezes aqui da tribuna. O SR. ERONDY SILVÉRIO - Peço licença a Vossa Excelência para interrompê-lo. Quando disse frustrado, não foi no sentido pejorativo, porque a pessoa pode se frustrar até em seu idealismo. Foi este o sentido que quis dar quando me referi a Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares - Talvez então Vossa Excelência, neste sentido, tenha razão. Porque via tantas coisas erradas, injustas, que queria consertar e não conseguia, sendo incompreendido ao ponto de ter criado um impasse, que eu mesmo talvez tenha criado pelo meu comportamento, por não permitir o jogo-do-bicho. Quero inclusive dizer a Vossa Excelência e aos colegas Deputados aqui presentes e a toda esta Casa, que realmente acabei com o jogo-do-bicho em Londrina. Fui adjunto da "Jogos e Diversões" aqui em Curitiba, e não consegui acabar - e nem era esta a minha pretensão.

Agora, cumpri com o meu dever, não me omiti, não fiquei em cima do muro, não fiquei atrás do muro, não recebi dinheiro, cumpria. Autorizo Vossa Excelência, fiquei oito meses como adjunto da "Jogos e Diversões" aqui nesta Capital, e foi exatamente no ano de 1.970, é só Vossa Excelência procurar se informar com o atual Secretário que, por certo, determinará ao atual Diretor da Polícia Civil e irão descobrir os inúmeros casos de processos contravencionais contra o jogo-do-bicho instaurados em nossa gestão.

Em Londrina, a mesma coisa ocorreu. Vossa Excelência sabe que o fato deste Deputado, quando delegado, ter tido a coragem, vamos assim dizer, de se insurgir contra o jogo-do-bicho em Londrina, Vossa Excelência sabe o resultado qual foi? Foi a minha remoção de Londrina, porque na época se insurgir um delegado, se insurgir contra o jogo-do-bicho, era algo de inacreditável, porque o banqueiro tinha o seu irmão que era o Presidente da ARENA local.

Não era brincadeira um delegado, um simples delegado de carreira, querer se insurgir contra o jogo-do-bicho numa cidade, principalmente quando esta cidade é liderada pelo Partido do Governo, - pelo irmão do banqueiro. No entanto, nobre Líder, em Londrina também cumprimos com o nosso dever, instauramos processo, fizemos flagrante do jogo-do-bicho, o que lamentavelmente não vem ocorrendo hoje.

Estes fatos que estou dizendo aqui, disse algumas e algumas vezes ao Diretor da Polícia Civil e ao Secretário da Segurança Pública. Estou aqui como Deputado há um ano e meio, nobre Líder, e nunca soube de um flagrante, de um processo contra o jogo-do-bicho, de uma medida que o Secretário da Segurança, que um Diretor da Polícia Civil tenha tomado, visando reprimir o jogo-do-bicho em Londrina. Veja se isto é omissão ou não, nobre Líder. Eu, pessoalmente, levei ao Secretário da Segurança Pública, ao Diretor da Polícia Civil, através da tribuna, o meu reconhecimento, cumprimentei essas autoridades quando reprimiram o jogo aqui em Curitiba e pedi que dessem também o cumprimento da lei a Londrina. Eles, na época, me disseram que iriam estender também a repressão do jogo-do-bicho ao interior do Paraná. Até hoje não o fizeram.

Em razão destas omissões, é que às vezes chego a duvidar do comportamento do atual Secretário, do atual Diretor da Polícia Civil.

Só quero agradecer a Vossa Excelência pela paciência que teve em me ouvir e dizer que sobre este fato de Apucarana, vou

trazer a fita, nobre Líder e quero pedir permissão, desde já, para colocar a fita aqui, nesta tribuna, para que Vossas Excelências ouçam o que pui.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concluirei, Sr. Presidente.

Apenas quero dizer ao nobre Deputado José Tavares que não há necessidade de ir verificar na Polícia Civil a atuação de Vossa Excelência, porque sabemos que foi digna, sob todos os aspectos.

Mas Vossa Excelência também não pode levantar novamente uma premissa, nesta Casa, de que é rotineira a designação de um bacharel, Delegado de Polícia, para acompanhar uma sindicância contra um funcionário que prevaricou na sua função, entretanto Vossa Excelência veja o cuidado, a honestidade de propósitos do Sr. Diretor da Polícia Civil, porque ele solicita, ao digno Desembargador Procurador Geral da Justiça do Paraná, a designação de um Promotor, para acompanhar, “pari passu”, todos os interrogatórios. Ora! Se nós não acreditarmos nem na Justiça, então vamos fechar até esta Casa! Até esta Casa precisa ser fechada!

O Sr. José Tavares — Perfeito.

Nobre Líder, o tempo, como eu disse inicialmente, vai se encarregar de mostrar o que estou falando. Oportunamente, quando essa Sindicância se concluir, quero ter o prazer de vir a esta Casa e mostrar a Vossa Excelência de que, o que estou falando, era verdade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Presidência lembra o nobre orador, que o seu tempo está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja usar a tribuna.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Há cerca de mês e meio, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná oficiou esta Assembléia Legislativa, no sentido de fiscalizá-la; a Presidência da Casa solicitou, então, que, a Comissão de Justiça se pronunciasse sobre a medida solicitada, alguns dos Srs. Deputados realmente não souberam tanto da iniciativa do Tribunal de Contas, quanto do Parecer da Comissão de Justiça da Assembléia do Paraná. E devo me parabenizar com a Comissão de Justiça, por demonstrar que esta Casa, realmete, ainda é um Poder, e que, o Tribunal de Contas do Estado é um órgão auxiliar deste Poder, e esta demonstração foi dada, com o Parecer do Deputado Augusto Carneiro, e votada por unanimidade por aquela Comissão.

Hoje, Sr. Presidente, considerando que o Tribunal de Contas do Estado é Órgão auxiliar deste Poder, portanto abaixo deste Poder já tão pisoteado, tão desmerecido, tão desacreditado, é que nós, nesta oportunidade, com o que manda a Constituição do Estado, oferecemos à apreciação da Assembléia do Paraná, uma Emenda Constitucional que propõe, através da nossa medida, a mudança do Parágrafo 1.º, do Artigo 41, que diz o seguinte: (Lê):

“PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1.º — O § 1.º, do Art. 41 da Constituição, passa a vigorar com a redação seguinte.

“Art. 41

§ 1.º — O Tribunal de Contas exerce, no que couber, as atribuições previstas pelo Art. 115, da Constituição Federal, terá quadro próprio e prestará contas anualmente à Assembléia Legislativa”.

Art. 2.º — Esta Emenda entra em vigor na data de sua

publicação.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS.

Apoio: MÁRIO CELSO, DOMÍCIO SCARAMELLA, JOSÉ TAVARES, DARCY DEITOS, LÁZARO DUMONT, NELTON FRIEDRICH, JURANDIR MESSIAS, LINEU TURRA, NELSON BUFFARA, DENI SCHWARTZ, GERNOTE KIRINUS, EDILSON ALENCAR, JOÃO ELÍSIO, WALDYR PUGLIESI, FIORI LUIZ, PAULO CAMARGO, GILBERTO CARVALHO, CARLOS ZANLORENZI, FIDELCINO TOLENTINO, TADEU LÚCIO MACHADO e uma assinatura ilegível.

A nova redação que se pretende conferir ao § 1.º, do Art. 41 da Constituição, inova o texto constitucional com a obrigatoriedade expressa de o Tribunal de Contas prestar contas de sua administração financeira ao Poder Legislativo.

Nada mais adequado, com efeito, do que estabelecer, ao órgão especializado na tomada de contas dos administradores públicos, que ele mesmo seja submetido a um processo de fiscalização, comandado pelo Poder a quem auxilia, e que e constitucionalmente erigido em última instância no sistema vigente de controle da aplicação dos dinheiros da coletividade.

O próprio Tribunal de Contas há de aplaudir a providência legislativa que lhe permite comprovar a lisura de seus balanços e a saúde de suas finanças. Seu prestígio institucional será reforçado no seio da opinião pública, que há de confiar ainda mais plenamente nos efeitos moralizantes de seu exercício fiscalizatório.

O autor, que esta proposta de emenda subscreve, está confiante em que ela virá contribuir decisivamente no sentido de aprimoramento da sistemática, adotada pela constituição, destinada a assegurar o legal emprego dos recursos orçamentários, livrando as autoridades financeiras de infundadas suspeitas e a contribuição da coletividade de estranhos destinos.”

Pretendemos, com a nova redação, dizer de que, se o Tribunal de Contas é um Órgão auxiliar desta Assembléia, nada mais justo que se deixe claro na Constituição, de que, o menor, presta contas ao maior. Entendo que esta Assembléia Legislativa, como as demais neste País, estão um tanto a desmerecer a confiança da população brasileira, estão, de uma forma em que o brasileiro não acredita mais nos homens que fazem leis neste País.

Entendo, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se nós demonstrarmos de que isto aqui realmente é um Poder, de que se o Tribunal de Contas insinua, querer a prestação de Contas desta Assembléia, prestemos conta a eles, porque não. Mostremos as contas desta Assembléia ao Tribunal de Contas, mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que mandem suas contas para cá, não uma demonstração financeira como fazem mas mandem as suas contas, para que o povo do Paraná através dos seus representantes, possam demonstrar à população, o que é o Tribunal de Contas principalmente do nosso Estado.

Quando se nega aqui Pedido de Informações; quando se fazem lá no Tribunal de Contas, concursos frios internos, para nomeação da nora, do genro, do irmão, daqueles que se dizem, os donos das contas do Estado. Vamos prestar conta ao Tribunal de Contas, mas, vamos exigir, através da Constituição do Estado, claramente, que nos envie as contas para que saibamos quanto ganham todos, lá no Tribunal de Contas. Caso não haja condições para que isto aconteça, prometo aos Srs. e poderia até sem vir a esta tribuna, nesta semana ainda, enviar a cada um dos Srs. Deputados, xerox de uma folha de pagamento do Tribunal de Contas, e os Srs. verão então, enviar xerox aos Srs. de alguns homens que lá comandam o Tribunal de Contas, da contagem de tempo até do Conselheiro do Trânsito, posso enviar esse xerox, a todos e cada um dos Senhores.

Mas, acho que se o Tribunal de Contas, realmente diz o

que é, que é um Tribunal sério, entendo que talvez seja que esta Casa então, dê a oportunidade de o Tribunal mostrar que é. E, vamos nós enviar as nossas contas, para que eles vejam como aqui se processa a coisa: Assim, Sr. Presidente, encaminhando à Mesa, esta emenda à Constituição com o número de assinaturas que a lei exige.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados:

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, lido da tribuna, devidamente apoiada. — Recebida.— Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Casa do Bom Menino de Arapongas”, com sede e foro na Cidade de Arapongas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/80, de autoria do Deputado FLORISVALDO PALÁCIO, que declara de utilidade pública a “Caritas Diocesana de Jacarezinho”, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/77, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que concede redução tarifária em Transportes Coletivos Intermunicipais, à Estudantes Universitários, conforme especifica e dá outras providências. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria e FAVORÁVEIS da C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

PROJETO DE LEI N.º 95/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedida a redução de cinquenta por cento nas tarifas de transportes coletivos intermunicipais aos estudantes universitários, de cursos técnicos, supletivos e de níveis de 1.º e 2.º graus.

Art. 2.º — O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação respectiva.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.980.

(a) ADALBERTO DAROS.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente Plano de Lei conceder aos estudantes universitários, de cursos técnicos, supletivo e de níveis de 1.º e 2.º graus maiores facilidades de locomoção, no sentido de atingirem os estabelecimentos de ensino, onde buscam aprimorar seus conhecimentos.

É oportuno que se destaque, nesta oportunidade, que algumas empresas já adotam a medida ora proposta, o que, é inegável, trazem enormes benefícios ao estudantado, notadamente aqueles de menor recurso financeiro.

A regulamentação da presente proposta será oferecida pelo Poder Executivo, que naturalmente colocará as condições

de comprovação da residência diferente da situação do estabelecimento de ensino.

Assim sendo, apresentamos o projeto à consideração de nossos nobres Pares, esperando apoio e aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI N.º 95/77

O projeto de lei em pauta, que mereceu parecer favorável do nobre Deputado Relator nesta Comissão de Constituição e Justiça, trata de matéria controversa, haja vista que o Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitado por esta Casa, se mostrou contrário à sua aprovação, alegando entre outros motivos a sua inconstitucionalidade, por ferir o artigo 167, da Carta Magna Federal.

“Data venia” de ambas as opiniões emitidas, se nos parece, em primeiro lugar, que o Art. 167 da Constituição Federal invocado pelo Sr. Secretário de Estado, não invalida a iniciativa pois não estabelece competência, nem condições proibitivas para que a medida seja adotada.

No entanto, se atentarmos para o estabelecido pelo Art. 21, incisos VII e VIII da Constituição Estadual, vemos que a competência da Assembléia Legislativa, em tais casos se limita a autorizar a concessão e estabelecer condições para que o Poder Executivo venha a fixar os preços ou tarifas dos serviços concedidos.

Não bastasse o impedimento constitucional acima exposto, é, por outro lado, bastante válida a alegação contida na exposição de motivos oriunda da Secretaria de Estado, de que se viria, também, ferir os direitos das empresas concessionárias, ao se atentar para o fato de que o Conselho interministerial de Preços, intervém na aprovação de tais tarifas, impedindo que estas se elevem acima do preço justo pelo serviço recebido.

Desta forma, “data venia” das opiniões anteriormente emitidas, meu voto em separado é pela rejeição do presente plano de lei, por julgá-lo inconstitucional.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1.980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 95/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Adalberto Daros, objetiva o presente projeto de lei conceder redução de cinquenta por cento nas tarifas de transportes coletivos intermunicipais aos estudantes universitários, de cursos técnicos, supletivo e de níveis de 1.º e 2.º graus.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, emitindo parecer, já se pronunciou favoravelmente à matéria.

Entendemos que, realmente a medida virá beneficiar a classe estudantil, proporcionando-lhe maiores facilidades de locomoção.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada existe que possa obstar o trâmite normal deste plano de lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1.977.

(aa) ERONDY SILVÉRIO, Presidente;
GABRIEL MANOEL, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES. PROJETO DE LEI N.º 95/77

PARECER

O ilustre Deputado Adalberto Daros, através o presente Projeto de Lei, visa conceder redução tarifária em transportes coletivos intermunicipais, a estudantes universitários conforme especifica e dá outras providências.

No âmbito desta Comissão há que perquirir quanto ao

interesse coletivo e do próprio Estado.

Sendo esse o nosso entendimento, porquanto da própria justificativa ressalta esse interesse sem maiores comprometimentos para o Estado, o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1.977.

(aa) FUAD NACLI, Presidente;

VALTER PIETRÂNGELO, Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 95/77 e a sua remessa à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de sanar dúvidas existentes no referido processo. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/78, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que fixa normas para o Funcionário Público Estadual frequentar Cursos de Pós Graduação, a nível de Mestrado e ou Doutorado, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. —

Sobre o mencionado projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia por vinte (20) sessões, do projeto de Lei n.º 23/78. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que eleva para 13 o número de Cadeiras da Câmara Municipal de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 48/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — A Câmara Municipal do Município de Toledo, passa a contar a partir da próxima Legislatura, com 13 (treze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1.979.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o parágrafo único do art. 28 da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios), os números de Vereadores, em cada Legislatura, será alterado por Lei Estadual tendo em vista o total de eleitores inscritos no Município, até 180 (cento e oitenta) dias antes da eleição municipal, conforme dados estatísticos fornecidos pelo TRE e de acordo com proporção e número estabelecidos através citado art. 28.

A certidão fornecida pelo Juízo Eleitoral e que anexamos ao presente, dizem da justeza da medida que ora propomos, através do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 48/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o presente Projeto de Lei n.º 48/79, tem por finalidade elevar o número de cadeiras da Câmara Municipal de Toledo, a partir da próxima legislatura.

Analisando-se o processo, através da justificativa e da documentação que o acompanhou, ou seja, a certidão fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral, temos que o projeto está em condições de ser aprovado por esta Casa, não havendo qualquer óbice que possa impedir a sua transformação em lei, visto que o número de eleitores do Município de Toledo é compatível

com a pretensão da proposição em tela, conforme determina a legislação vigente (Lei Orgânica dos Municípios).

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que dispõe sobre o recebimento de dotações consignadas em Orçamento do Município pelas Câmaras Municipais, e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria e FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

Ao referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia por vinte (20) sessões, do Projeto de Lei n.º 80/79. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Acir Pereira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Pielarice, ocorrido em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, com o apoio do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rogério Borba Carneiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tércio Albuquerque, Gernote Kirinus e Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 32/80. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados o aprovam;

3 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, terça-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 57 e 58/80.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48/79.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/80.

Levanta-se a sessão.